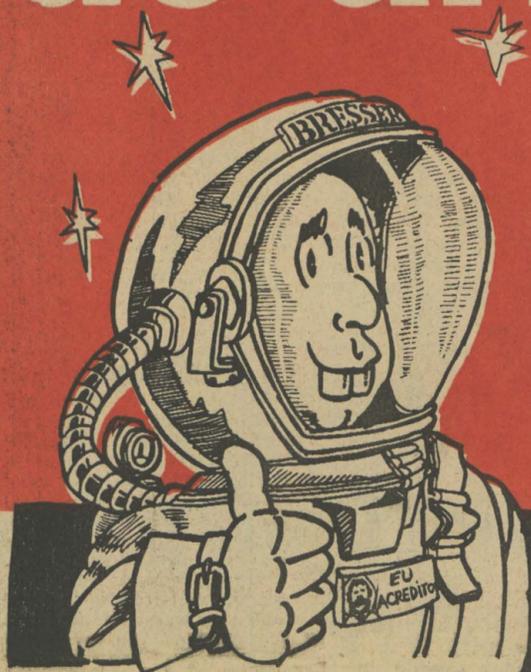


Flexibilização: o novo nome do arrocho



Um verdadeiro escândalo. Os preços sobem vertiginosamente, os aluguéis semestrais dobram e os anuais triplicam. Mas com seu sorriso falso, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ainda fala em "flexibilização", querendo dizer aumento controlado dos preços. Só os salários sobem apenas 4,7%. E a cada mês os trabalhadores terão novas perdas pois a URP é sempre inferior à inflação. P. 4



EDITORIAL

A voz do povo

Pode-se afirmar que a batalha da Constituinte chega a seu ponto decisivo. O que for aprovado agora, na Comissão de Sistematização, exigirá para ser modificado em plenário, 281 votos contrários, façanha difícil de se alcançar em função da grande pulverização de grupos políticos, com concepções muito distintas.

Por isto mesmo é que o general Leônidas berra desatinado que a anistia aos militares cassados pela ditadura e o sistema parlamentarista são inaceitáveis; Sarney bate palmas a esta ameaça descabida contra a Constituinte e ainda tenta um cambalacho pressionando os deputados em grupos ou individualmente; a UDR, histérica, insinua que o texto sobre a reforma agrária pode até acabar com o mundo.

Por isto também é que os reacionários trataram de adiar os prazos para novas emendas e deixaram a votação do projeto na Comissão de Sistematização para de 21 deste mês até 2 de outubro. Eles estão envolvidos em intrincadas disputas, na tentativa desesperada de impor um texto constitucional afinado com seus interesses antipovo. Mas temem se precipitar e serem derrotados. Querem "negociar" antes de apresentar suas propostas - em outras palavras, pressionar, ameaçar, corromper, para retirar do atual anteprojeto o que possa favorecer a democracia. O adiamento visa dar mais tempo aos chamados "lobbies", em particular aos militares.

Mas do lado do povo, trata-se de rapidamente usar este prazo para multiplicar a mobilização de massas. Ganham portanto maior importância os comícios pelas diretas em 88 mercados neste período. Eles podem funcionar como poderosa alavanca para dismantlar as articulações militares e palacianas. Coloca-se, com mais força ainda, a necessidade de buscar incansavelmente a unidade das mais amplas correntes progressistas e

democráticas, visando facilitar a manifestação da opinião pública nas praças. Nesta tarefa, o que resolve é uma intensa atividade política e não o chororô sobre as dificuldades (mesmo que reais).

Nos Estados, é hora dos eleitores se dirigirem aos deputados e senadores que mereceram seus votos, exigindo fidelidade aos compromissos de mudanças democráticas assumidas em campanha. Cartas, telegramas, telefonemas, telex, visitas aos escritórios políticos, todos os meios de contato devem ser utilizados. As Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas podem se pronunciar cobrando das respectivas bancadas federais a defesa dos interesses populares e nacionais. Os sindicatos, organizações de bairros, entidades estudantis, personalidades e lideranças democráticas, também precisam exercer a legítima pressão sobre os constituintes.

No período das votações na Comissão de Sistematização - entre 21 deste mês e 2 de outubro -, cumprirá papel de destaque a presença em Brasília de caravanas populares, de lideranças políticas e sindicais, ocupando todos os espaços possíveis. Os constituintes vão votar ouvindo a voz dos brasileiros reclamando seus direitos. Já ficou comprovado cabalmente que a participação ostensiva do povo é o melhor antídoto contra os atentados à liberdade e à soberania nacional. Diante de seus eleitores cobrando a promessa, é muito mais difícil que certos parlamentares vacilantes aceitem os conchavos do governo e da direita.

É sabido que a luta por um regime progressista não se encerra com a Constituinte. Mas neste combate concreto, nenhum esforço pode ser desprezado. É uma jornada que pode representar um serviço valioso na conquista de transformações que há muito ocupam o centro das preocupações dos brasileiros. Seria um crime ceder este terreno aos conservadores.

Mulheres de 25 países discutem a discriminação

Sob o patrocínio de um órgão das Nações Unidas especializado na luta contra a discriminação das mulheres, representantes de vários países se reuniram em São Paulo e em Brasília, para verificar o respeito à Convenção que prega o fim do desrespeito aos direitos da mulher. P. 7



Brossard foge de posseiros

O ministro Paulo Brossard fugiu de um encontro com trabalhadores rurais e posseiros em Conceição do Araguaia, Pará, dia 2 último. Ele iria presidir a reunião do Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que trataria da violência no Sul do Pará. Trabalhadores rurais de vários municípios da região viajaram horas para o encontro com o ministro. Brossard chegou ao local, de avião, com um atraso de mais de seis horas. Foi recepcionado aos gritos de "Justiça!" e "Reforma Agrária!"

"Não sabemos se ele sentiu-se ofendido ao ouvir essas palavras de ordem", declara o presidente do PCdoB-PA, Neuton Miranda. "O fato foi que bastou ele ouvi-las para virar as costas, correr para o avião e fugir da cidade, meia hora depois de ter desembarcado".

O governador Hélio Guérios, o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire e o presidente do Inca, Rubem Ilgenfritz, cancelaram anteriormente seu comparecimento à reunião.

Progressistas unem suas propostas

Mais de 100 deputados, de diversos partidos, reúnem-se e propõem coletivamente medidas avançadas na Constituição. P. 3

Os reflexos da derrota do peleguismo no Rio

A vitória da oposição nas eleições dos metalúrgicos cariocas golpeia a articulação direitista no interior da CGT. Pág. 7

Novo aumento

Devido à disparada dos custos, somos forçados a aumentar o preço de capa da T.O. para Cz\$ 15,00. A partir desta edição, a assinatura anual, de 52 edições passa a Cz\$ 1.500 (comum) e Cz\$ 750,00 (popular); e a assinatura semestral, de 26 edições, vai para Cz\$ 750,00 (comum) e Cz\$ 375,00 (popular). A assinatura anual para o exterior fica em 70 dólares.

A denúncia de Arinos contra o presidencialismo

O Senador Afonso Arinos é um homem conservador. Mas isso não o impediu de reconhecer que o presidencialismo foi sempre, no Brasil, um ponto sólido de apoio para a dominação militar. O discurso de Arinos, que causou forte impacto na Assembleia e irritou a direita, está na pág. 5

CONSTITUINTE

As emendas da articulação progressista

A articulação progressista que reúne aproximadamente 100 deputados do PDT, PT, PCdoB, PCB e MUP (Movimento de Unidade Popular) do PMDB, após sucessivas reuniões de trabalho e de articulações com os outros grupos formados na Constituinte - Grupo do Consenso e dos 32 - apresentou mais de 200 emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, com o objetivo de conquistar uma Constituição efetivamente democrática e progressista.

Essas emendas foram assinadas por todos os deputados que integram as bancadas progressistas. A partir de agora, os progressistas partem para uma segunda fase de sua atuação, através de negociações com outros setores com o objetivo de incluir esses pontos no segundo substitutivo de Bernardo Cabral, a ser divulgado no próximo dia 16 de setembro. Caso isso não ocorra, os progressistas irão ampliar as suas articulações para pedir destaque de suas emendas na Comissão de Sistematização.

PONTOS DE CONSENSO

As emendas do Grupo Progressista estão centradas em pontos importantes do texto constitucional e seu conteúdo representa o consenso entre todos os constituintes progressistas. As matérias não consensuais entre o grupo - como o sistema de governo e a unicidade sindical, por exemplo - não foram apresentadas na forma de emenda. Nestes assuntos, caberá a cada partido apresentar emendas com as suas posições.

O conjunto de emendas coletivas foi dividido por temas, abordando aspectos centrais da futura Constituição. Na questão política, as emendas tratam da garantia do voto proporcional e da liberdade de organização partidária, retirando qualquer restrição à organização e funcionamento dos partidos. Também foram apresentadas emendas relativas ao papel constitucional das Forças Armadas, limitado à defesa da ordem externa e suprimindo do substitutivo os dispositivos que estabelecem o Estado de Defesa e o Conselho de Defesa Nacional - a nova versão do Conselho de Segurança Nacional. Foi apresentada, também, uma emenda

assegurando a anistia ampla, geral e irrestrita e, outra, propondo eleições diretas para presidente da República em 15 de novembro de 1988.

Em relação às questões econômicas, as emendas coletivas dos progressistas suprimem o esdrúxulo conceito de empresa brasileira de capital estrangeiro, que representa a institucionalização das multinacionais como empresas brasileiras. Elas recompõem a reserva de mercado para os setores estratégicos da economia. Condiționam a exploração mineral em terras indígenas à autorização do Congresso Nacional e limitam a empresas estatais. Também propõem a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma auditoria política para apurar a legitimidade da dívida.

REFORMA AGRÁRIA

Na questão agrária, as emendas dos progressistas abordam aspectos como a questão da imissão imediata de posse, limitada a contestação judicial ao valor da indenização, que continuará sendo paga em títulos da dívida agrária, mesmo após a manifestação da Justiça, e o estabelecimento de limites mínimos de propriedade que estariam isentas dos processos de desapropriação. Esses limites foram estabelecidos em 500 hectares na região Norte e 250 hectares no resto do país. A polêmica questão do estabelecimento de limites máximos das propriedades rurais foi deixada para ser definida pela legislação ordinária, embora o conceito tenha sido apresentado como emenda. Nessa questão, a bancada do PCdoB apresentou uma emenda definindo esses limites no texto constitucional.

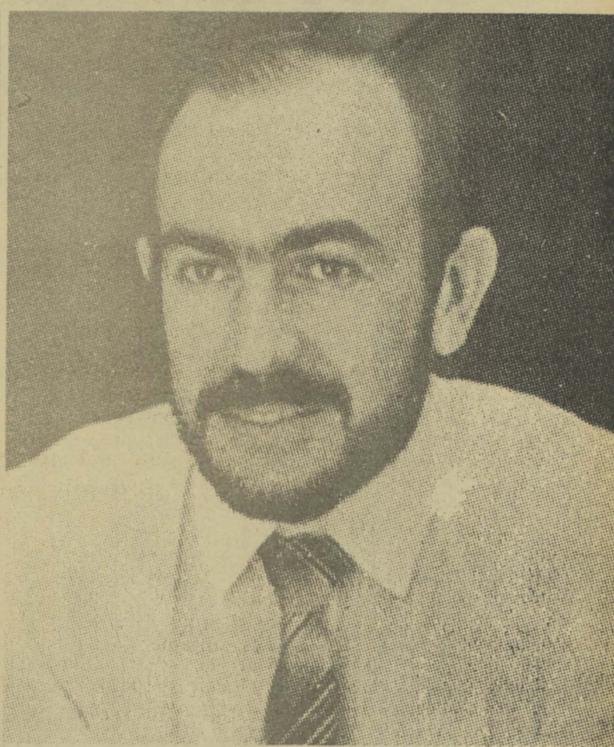
Em relação a questão de educação, as emendas garantem o princípio de que as verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente para as escolas públicas e incluem uma disposição transitória permitindo que durante cinco anos as verbas públicas possam ser destinadas para escolas confessionais e comunitárias que comprovadamente não tenham fins lucrativos. No polêmico terreno das comunicações, a emenda apresentada pelos progressistas prevê que a concessão de canais de rádio e televisão seja proposta pelo



Executivo e só se efetive após a sua aprovação pelo Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicação Social, criado como órgão auxiliar do Congresso.

Finalmente, quanto aos direitos sociais dos trabalhadores, as emendas reintroduzem no texto constitucional a questão da estabilidade no emprego, das 40 horas semanais e do irrestrito direito de greve, entre outras.

Essas são as principais emendas do grupo progressista que agora passam a ser negociadas com o relator Bernardo Cabral. De qualquer maneira, para que se consiga efetivamente um texto constitucional democrático e progressista é fundamental a pressão popular no dia da votação do substitutivo na Comissão de Sistematização e, posteriormente, no plenário da Constituinte. (Mocyr de Oliveira Filho, de Brasília)



Lysanneas Maciel (PDT-RJ), Vicente Bogo (PMDB-RS) e Haroldo Lima (PCdoB-BA): participação ativa na articulação progressista

REPRESSÃO

Estudantes expulsos no Ceará

Num ato que lembra o período da ditadura militar, a direção da Universidade de Fortaleza (Unifor), inspirada na famigerada prática do 477, expulsou do seu quadro de alunos Robert Burns, diretor da UNE e estudante de engenharia mecânica; Kennedy Araújo, presidente do Diretório Central dos Estudantes e aluno do curso de engenharia civil; e Dimas Moreira, do curso de geologia. Ela também puniu com a medida de suspensão os estudantes Adriano Vale, diretor de cultura do DCE, e Temistócles, presidente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.

Este foi o resultado do inquérito administrativo instaurado para apurar os "responsáveis" pela greve dos universitários, que durante mais de dois meses se manteve firme com a participação ativa da grande maioria dos estudantes da Unifor. Durante essa greve, a reitoria da universidade, porta-voz de um poderoso grupo econômico do Ceará e que tem como um dos donos a esposa do governador Tasso Jereissati, ordenou a invasão do campus pela polícia. No episódio, vários alunos foram presos, espancados e processados pelo fato de protestarem contra o aumento

abusivo de 100% nas mensalidades escolares.

Após a greve foi formada uma comissão de inquérito composta por elementos de confiança do reitor - inclusive algumas pessoas com notórios vínculos com os órgãos de repressão. O resultado do inquérito, com a punição dos estudantes, gerou revolta na comunidade. As entidades populares da capital cearense convocaram para o próximo dia 9 uma manifestação de protesto e de apoio a luta dos universitários.

(da sucursal)

JÂNIO

Recaída fascista

O "Monumento aos heróis da travessia do Atlântico" está sendo transferido de Santo Amaro (bairro da zona sul de São Paulo) para uma movimentada avenida do Jardim Europa, por ordem do prefeito Jânio Quadros. Este deslocamento, ao custo de Cz\$ 8 milhões, não chamaria maior atenção se não se tratasse de uma homenagem ao "Duce", Benito Mussolini, que dominou a Itália com mão de ferro de 1922 até ser lynchado pelo povo em 28 de abril de 1945. O monumento possui dois "fasci" (feixes de varas dos antigos oficiais romanos) e uma coluna romana enviada da Itália pelo próprio Mussolini. Sua concepção artística é inspirada na filosofia fascista de tornar o homem pequeno diante da grandiosidade da obra, domi-

nada por um ícaro alado de quase 9 metros de altura.

Assessores do prefeito, tomando conhecimento do abandono do monumento, propuseram seu deslocamento para lhe dar maior destaque. A sua construção, na década de vinte, tinha encontrado o repúdio na Câmara Municipal de São Paulo, fruto do movimento democrático antifascista. Ele só foi construído graças a uma "maquiagem" do projeto inicial, aprovado em Santo Amaro, que na ocasião era um município autônomo. Agora, Jânio, revelando sua inclinação fascista, tenta "recuperá-lo". Diversas entidades democráticas e moradores já se mobilizam para dar a destinação certa ao monstro: o lixo.



Entulho instalado no Jardim Europa

Um novo calendário

Atendendo a um pedido dos líderes do PFL e do PMDB, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu alterar os prazos de tramitação do Projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. Os novos prazos ficaram sendo os seguintes:

- * apresentação de emendas aos substitutivo: 05/09;
- * parecer do relator sobre as emendas: 15/09;

- * entrega do novo substitutivo do relator: 16/09;
- * publicação do substitutivo: dia 17/09;
- * divulgação dos destaques: 20/09;
- * votação do substitutivo na Comissão: 21/09 a 02/10;
- * publicação do texto aprovado na Comissão: 03/10;
- * início da votação do projeto no plenário: 05/10.

Os novos prazos permitem

um tempo maior para as articulações e negociações, bem como dão mais prazo para que o relator possa analisar as milhares de emendas apresentadas. Nesse período é fundamental a pressão popular organizada para garantir a manutenção de importantes vitórias, como o parlamentarismo, e forçar a introdução de novos avanços no texto constitucional.

DIRETAS-88

Necessidade de ampliar

O calendário elaborado pela Coordenação Nacional da campanha por eleições diretas para presidente em 88 previa a realização de pelo menos mais 4 comícios no final da semana passada: Belo Horizonte, no dia 3; Recife, no dia 4; Maceió, no dia 5 e Aracaju, no dia 6.

Preocupada com a aproximação da data em que a Comissão de Sistematização elaborará o seu último anteprojeto da nova carta constitucional, e sabendo da necessidade de utilizar a mobilização popular para pressioná-la, a Coordenação Nacional tem insistido junto aos comitês estaduais para que acelerem e intensifiquem os preparativos para os comícios. No entanto, persistem alguns problemas. Nem todos os comitês compreendem perfeitamente que é preciso ampliar o leque de forças envolvidas no movimento para que as manifestações obtenham maior impacto e possam influenciar o andamento da constituinte.

uma delas podem ser observadas com clareza quando se compara o grau de preparação dos comícios em duas capitais diferentes. Em Maceió, por exemplo, o comitê observou a postura progressista que o governador Fernando Collor vem assumindo e não poupou esforços para envolvê-lo na organização do comício. A iniciativa produziu resultados: a incorporação de Collor ao movimento foi decisiva para assegurar a divulgação do ato através da TV e de outdoors, e a articulação de um eficiente esquema de transporte para facilitar o comparecimento da população.

Já em Recife, segundo relatou à Tribuna Operária o dirigente do PCdoB Luciano Siqueira, trava-se uma batalha no seio do comitê pró-diretas. Outros comitês, segundo o texto, não se prepararam para a ida de Collor à decisão de maior importância.

o comício de Salvador foi adiado para o próximo dia 25 por consenso da frente que organiza, justamente para conquistar a incorporação do setor progressista, do PMDB e de mais entidades populares. Na última reunião do comitê já houve presença de representantes desse setor, e no momento estão em curso articulações para atrair o apoio do governador Waldir Pires, que abriu um processo de divergência com o governo federal a partir do último pacote econômico contra o déficit público, embora oficialmente continue apoiando cinco anos de mandato para Sarney.

Pelo menos um setor do PMDB - o Movimento de Unidade Progressista - também participa dos preparativos para o comício de Porto Alegre, juntamente com o PCdoB, PT, PSB, PDT e entidades populares. A manifestação da capital gaúcha está marcada para o próximo dia 11, e nas últimas semanas os preparativos para ela estão se intensificando, com a realização de colagens de cartazes, pichações e panfletagens.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

FLEXIBILIZAÇÃO

Liberação generalizada

O ministro Bresser Pereira antecipou, para 1º de setembro, o início da chamada fase de flexibilização dos preços, decretando oficialmente o fim do simulacro de congelamento instituído no dia 12 de junho. Com isto, a inflação ganha um novo impulso, impondo novas e pesadas perdas salariais aos trabalhadores.

Começa também neste mês os reajustes mensais dos salários, acrescidos pela reposição parcelada dos resíduos inflacionários acumulados até o mês de junho. Com uma diferença gritante em relação à evolução dos preços, a correção salarial terá por base a URP (Unidade de Referência de Preços), adotada em substituição ao gatilho.

NOVO ARROCHO

O valor da URP é fixo durante um período de três meses, sendo calculado de acordo com a média geométrica do índice oficial de inflação (o IPC, coletado pelo IBGE) no trimestre anterior. Para os reajustes salariais de setembro, outubro e novembro, porém, ele já foi estabelecido, em 4,69%, considerando o índice médio de apenas dois meses (julho, de 3,06, e agosto, 6,36%).

A defasagem em relação aos aumentos dos outros preços revela-se de forma indistigável e determinará um novo e brutal arrocho salarial. Estima-se, por exemplo, que a inflação (oficial) deste mês deve ser no mínimo de 7%, acumulando uma alta superior a 17% desde a implantação do Plano Bresser Pereira, contra a qual será acionada o reajuste dos salários dos trabalhadores em setembro, baseado na URP, de apenas 4,69%.

A diferença torna-se ainda maior quando se lança mão da metodologia adotada pelo senhor Bresser Pereira quando tentou demonstrar que seu plano garantia certa recuperação dos salários reais em julho sobre os valores de junho. Ele assegurava que os gastos realizados pelos trabalhadores são distribuídos de forma uniforme durante o mês e o poder de compra desses, conseqüentemente, se deteriora conforme a

alta dos preços registrada no mês do pagamento.

Como o pagamento da folha salarial de setembro é efetuado em outubro, faz-se necessário acrescentar um mês a mais de inflação. Assim, supondo-se um índice otimista de 8% para o IPC, a URP de 4,69% teria de se confrontar com aumentos de 26,5% acumulados de julho a outubro. Em dezembro, quando os trabalhadores receberem os salários de novembro, a URP acumulada no trimestre anterior somará apenas 14,63%. Enquanto, admitindo a hipótese otimista de uma inflação estável em torno de 8%, o índice naquele mês será quase 50% superior aos preços de julho.

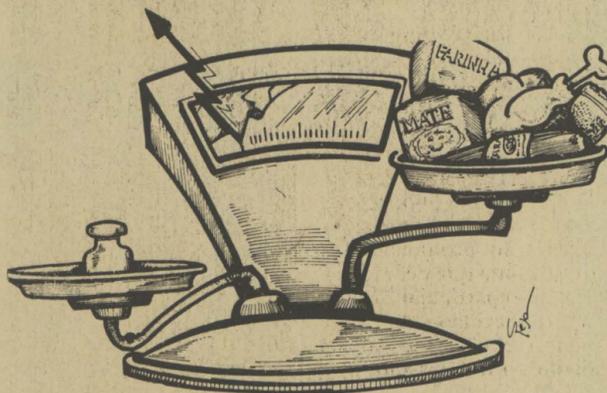
PRESSÕES ALTISTAS

Infelizmente, as perspectivas para o comportamento da inflação nesta nova fase do Plano Bresser são ainda piores. Em breve, o índice poderá ultrapassar a barreira dos 100%. O aumento dos juros na semana passada sinalizou claramente neste sentido. As taxas cobradas pelas financeiras (crédito pessoal) alcançaram níveis superiores a 700% ao ano, ao mesmo tempo em que a Letra do Banco Central (LBC) continuava possibilitando polpidos rendimentos aos banqueiros (sendo negociada a 13% ao mês no dia 1º), engordando a dívida pública interna.

As pressões dos capitalistas para forçar elevados reajustes nos preços de suas mercadorias é outro indicador de que não se deve contar com uma inflação estável nos próximos meses. A experiência recente do Plano Cruzado mostra que, sob este regime, eles acabam impondo seus interesses.

O governo assegura que conseguirá controlar as altas, tendo estipulado para esta fase de "flexibilização" quatro categorias de preços: os que serão reajustados apenas segundo a URP, os estritamente controlados pelo CIP, outros simplesmente controlados pelo CIP e, finalmente, os totalmente liberados.

Na verdade, são providências velhas, que não levam a resultados positivos, no sentido de conter os preços. O controle, mesmo estrito, pelo CIP, é antigo. Da mesma forma, o próprio Bresser já tentou em



maio e junho) estabelecer um limite para os reajustes das mercadorias, sem sucesso (os capitalistas acabaram impondo seus preços).

É sabido que quanto maior a inflação, maior também o arrocho salarial. Isto é ainda mais válido na atual sistemática de reajuste por um índice (URP) com três meses de defasagem

sobre os preços. Torna-se claro, portanto, que o ajuste econômico imposto pelo Plano Bresser, longe de resolver os graves problemas nacionais, consolidou o maior arrocho salarial da história brasileira e ameaça bater um novo recorde neste campo.

(Umberto Martins)

O estouro dos aluguéis

No bojo da "flexibilização dos preços" o governo também autorizou os reajustes dos aluguéis cujos contratos venceram a partir de julho, que haviam sido congelados com a instituição do Plano Bresser. Os aumentos são estarrecedores, contrastando dramaticamente com o índice aplicado aos salários. O inquilino com contrato de 12 meses vencendo em setembro, por exemplo, terá o preço do seu aluguel elevado em 277,53%. Os aluguéis com cláusulas de correção semestral aumentarão mais de 100%. Se pagava Cr\$ 5 mil passará a desembolsar Cr\$ 18.876,50.

Perguntaram ao senhor Bresser sobre a brutal diferença em relação à URP (de 4,69%), que reajusta salários e ele alegou simplesmente: "Sobre isto não falo". A injustiça é flagrante e injustificável. Explica-se, sobre tudo, pela diferença de índices usados para corrigir aluguéis e salários, os primeiros tendo por base a variação da OTN, os segundos até junho o IPC do IBGE e, agora, a URP.

A OTN ficou congelada

durante um ano no Plano Cruzado, de março de 1986 a março de 1987. Quando foi reajustada, elevou-se 70%, quando o IPC havia subido pouco mais de 20% e os trabalhadores haviam recebido o primeiro gatilho. A defasagem já era enorme, mas agravou-se depois disto, pois a OTN passou a variar conforme o maior entre dois índices: o IPC do IBGE e a LBC (Letra do Banco Central, que baliza os juros no mercado financeiro). Os aluguéis subiram, portanto, disparadamente acima da inflação. Já os salários foram reajustados por índices bem inferiores à inflação.

Além disto, sob o pretexto do congelamento, obriga-se ao inquilino pagar a variação da OTN desde março do ano passado. Quem tem contrato vencendo em setembro com prazo de 12 meses não tem o reajuste do seu aluguel baseado na evolução do índice no período de setembro de 86 a setembro de 87, mas de março de 86 a setembro de 87 (em vez de 12, 18 meses), o que constitui um evidente desrespeito ao contrato, em favor dos proprietários.

Ameaça inaceitável

Na semana passada, toda a nação ficou chocada com a manifestação absurda e acintosa do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército. Essa intervenção encontrou guarida em declarações recentes do próprio presidente da República, Sarney, por mais de uma vez, ameaçou, chantageou, pressionou a Constituinte e nada aconteceu. Então, o ministro do Exército resolveu, agora, dizer que a constituição que estamos elaborando é intolerável e inaceitável.

Inaceitável é a ameaça do general Leônidas. É preciso que se saiba que a sociedade brasileira arma as Forças Armadas com o fim específico de garantir a liberdade dos brasileiros e a soberania da Pátria e não para intervir nos negócios da sociedade civil. Alguns acólitos de menor importância dos militares, defenderam a manifestação do ministro, alegando que ele também tem o direito, como cidadão comum, de dar sua opinião sobre a futura carta magna. No entanto, há uma diferença entre o general Leônidas e o cidadão comum: ele tem debaixo do braço os canhões e as baionetas. Por isso, ele não tem o mesmo direito do cidadão comum. A cada vez que se pronuncia, como aconteceu na última reunião ministerial, provoca repercussão nacional. Ou os militares se desmoralizam - pois se disseram que esta constituição é inaceitável e tiveram que aceitá-la, e acho que terão de fazê-lo - eles se desmoralizam ou então, vão ter que dar um golpe de Estado.

Se há um setor que não pode se manifestar a respeito da elaboração dos novos destinos do país é justamente o das Forças Armadas, mantida com o suor e sangue do povo brasileiro, precisamente para defender a independência e a liberdade, e não para se intrometer na vida do país.

Infelizmente, a principal pessoa que deveria agora, com toda a autoridade e dever, levantar a voz em defesa da soberania da Constituinte e não o faz, é o presidente Ulysses Guimarães que prefere se omitir olímpicamente aos olhos da nação.



OPINIÃO PARLAMENTAR
Haroldo Lima

Repelimos energicamente este comportamento do ex-senhor diretas, que vê a Constituinte sendo ameaçada, desmoralizada e nada fez.

Alguns setores à direita, dizem que devemos deixar de lado os militares. Isso não acontece porque eles não nos deixam de lado. Se o militarismo se afastar da vida democrática brasileira, o povo começará a respeitar os militares. O povo efetivamente não os respeita, porque os militares acabaram com a liberdade no Brasil durante 21 anos consecutivos. Não respeita os militares porque eles prenderam, torturaram e assassinaram democratas. Estiveram no poder por mais de duas décadas e ao invés de defender a nossa pátria, foram responsáveis pelo entreguismo mais deslavado da nossa história.

Os militares brasileiros pressionam a Constituinte com a intenção de manter no texto constitucional a sua atribuição de defender a lei e a ordem. Na verdade, eles querem é continuar se intrometendo na vida dos brasileiros, como fizeram recentemente em Volta Redonda, ocupando a administração da CSN (para manter a ordem), com isso, eles se desmascararam como um Exército interventor que pretende formalizar na Constituinte esse papel.

Contra isso tudo, iremos lutar até a última de nossas forças.

DÉFICIT PÚBLICO

Por que vão fracassar as medidas de Bresser

Todos os holofotes da imprensa voltaram a focalizar o ministro Bresser Pereira quando ele expôs a seus colegas do ministério, reunidos no último dia 27, um elenco de medidas que todos serão obrigados a seguir até o fim do ano para tentar reduzir o déficit público, que ameaça fazer do Plano Macroeconômico um mero amontoado de folhas de papel. Os noticiários e os editoriais trataram com condescendência o ministro. Ele foi apresentado como um homem de coragem, capaz de partir para decisões muitas vezes dolorosas e impopulares, mas sem dúvida necessárias para pôr fim à "gastança" que o governo promove com o dinheiro dos contribuintes.

E de fato Bresser usou faca amolada para cortar um determinado tipo de despesa. Entre outros itens, ele proibiu as estatais de darem aumento reais de salário; congelou os empréstimos da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-



Lira: não adianta cortar salário

mico e Social a órgãos públicos, inclusive de âmbito estadual e municipal, e chegou ao requinte de vetar a concessão de novas bolsas de estudo no exterior e de reduzir a remuneração dos atuais bolsistas (veja quadro a respeito). Procedendo dessa forma, deu endosso de ministro a uma velha tese que a direita se especializou em repetir: a de que as estatais, os funcionários públicos e as obras do Estado são os principais responsáveis pelos

déficits crescentes que o governo acumula.

No entanto, novos dados coletados pela Tribuna Operária no mesmo dia em que o ministério se reunia vieram reforçar a idéia de que a direita e o governo continuam atacando justamente os itens que menos pesam na folha de gastos do governo, e de que as medidas anunciadas na reunião ministerial estão, portanto, condenadas ao fracasso.

Um desses dados é um cuidadoso estudo realizado pelo professor Paulo Lyra, ex-presidente do Banco Central, com base na análise das Contas Nacionais, um boletim publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas e pelo próprio BC, com índices detalhados sobre o comportamento da economia. Depois de estudar uma coleção de 15 anos do boletim, o professor concluiu que entre 1970 e 85 a parcela dos gastos públicos representada pelo pagamento de salários caiu. Em 70, os salários pagos pela União correspon-

diam a 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB), e hoje eles equivalem a 6,8% do PIB. Comportamento semelhante tiveram os gastos com compra de material do consumo: eles representavam o equivalente a 3% do PIB em 70, e caíram para 2,9% em 85.

Em compensação, os gastos com o pagamento de juros experimentaram um crescimento vertiginoso. Eles representavam 1,3% do PIB em 1970, e dez anos depois estavam em 1,9%. A partir daí a elevação foi velocíssima: 2,2% do PIB em 81, 3,5% em 82, 4,2% em 83, 6,2% em 84 e finalmente 10,4% em 85. Quem se dispuser a fazer uma operação de aritmética simples poderá verificar, assim, que já em 85 o pagamento de juros represen-

tava despesa (10,9% do PIB) superior aos gastos com pessoal e material de consumo somados (9,7% do PIB).

A situação tornou-se ainda mais dramática nos últimos meses. A partir do início do Plano Bresser o governo promoveu uma elevação tão rápida e tão persistente das taxas de juros reais que elas pularam de 1,2% ao mês, às vésperas do lançamento do plano, para 2,2% ao mês no fim-de-semana passado. Como a dívida interna já tinha atingido em maio a astronômica cifra de 100 bilhões de dólares, o pagamento de juros está custando aos cofres públicos 2,2 bilhões de dólares por mês. Este número dá a exata medida do formidável rombo causado

aos cofres públicos pela dívida interna: a cada 5 meses o Tesouro transfere para os agentes e aplicadores no mercado financeiro uma soma igual à que foi gasta na usina de Itaipu, a maior hidrelétrica do planeta e a maior de nossas obras faraônicas, construída num esforço de 5 anos.

O modelo econômico que o governo e a direita empenham-se em manter exige que este rombo continue aberto e que se alargue cada vez mais. Ele - e não o pagamento dos salários ou o funcionamento das estatais - levará a economia a desequilibrar-se sempre mais, como veremos nas próximas edições.

(Antônio Martins)

Golpe contra a ciência

Há menos de seis meses o presidente Sarney e os ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia assinaram um programa de ampliação de bolsas de estudo no país e no exterior. O plano previa que o número de bolsas aumentaria constantemente até atingir 10 mil no exterior e 33 mil no país, em 1989.

Além disso, estabelecia um índice fixo para as bolsas, cujo valor seria igual a 70% dos salários pagos aos professores auxiliares nas universidades federais. Segundo palavras do presidente e do ministro Renato Archer, este programa visava acelerar a formação de cientistas, pois o

ritmo atual é incompatível com nosso futuro país moderno e possuidor de alguma tecnologia técnica.

No último dia 24, a nação em geral e a comunidade científica em particular foram surpreendidas com a notícia de que os cortes de despesas determinados pelo ministro Bresser significavam a anulação completa de tudo o que fora prometido até agora. Para se ter uma idéia do que significa esta decisão, seria suficiente lembrar, por exemplo, que atualmente apenas 22% dos estudantes em pós-graduação têm bolsas, ou que ape-

nas 1.200 pós-graduados estudam no exterior.

Mas um último dado, apresentado no último dia 31 pelo senador Severo Gomes em sua coluna semanal na "Folha de S. Paulo", expressa ainda melhor o descalabro da medida: o senador lembrou que ao mesmo tempo em que o governo restringe o número de nossas bolsas, países como a Coreia, Singapura e Formosa desenvolvem esforço no sentido contrário, e já contam hoje com um contingente de 100 mil bolsistas estudando no exterior.



Os gastos do governo com juros são suficientes para construir uma usina de Itaipu a cada 5 meses.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Uma única ideologia

Alguns ouviram cantar o galo, que no partido do proletariado existe uma luta ideológica permanente. Mas não sabem localizar o fenômeno. Imaginam então que nesta organização todos vivem se degladiando numa disputa infernal. Embora não dizendo com as mesmas palavras, repetem a fórmula, já desmascarada, de Mao Tse Tung, que apresentava o partido dividido em dois quartéis gerais - um burguês e outro proletário.

LUTA DE TODOS

Nada mais enganoso. O partido é o quartel general do proletariado. Para atuar como instrumento de combate não pode admitir nas suas fileiras qualquer divisão. A ideologia marxista-leninista é a única que orienta este destacamento e a política que elabora é afinada com este modo de pensar. Uma única ideologia, uma única política e um único centro de direção - estas são características essenciais da organização de vanguarda da classe operária.

A luta ideológica existente nas fileiras proletárias é do conjunto do partido contra as concepções estranhas que se infiltram. Os militantes revolucionários não vivem fora da sociedade e, portanto, não são imunes às pressões burguesas. Além disto, diariamente novos elementos, homens e mulheres de combate, aderem à organização, trazendo, junto com o ímpeto de luta, as idéias adquiridas na sociedade. Estes novos lutadores se transformarão em comunistas na prática cotidiana sob a direção do partido. A luta ideológica é um processo da organização como um todo e de cada militante em particular, através da crítica e da auto-crítica, para colocar uma barreira à penetração das idéias burguesas e elevar a assimilação da ciência marxista-leninista.

CORPO ESTRANHO

Na atividade partidária, ao se abordar os problemas práticos, podem existir interpretações distintas. Formam-se assim maiorias e minorias ocasionais. Mas, como todos os militantes, têm no geral a mesma orientação marxista, as diferenças são apenas passageiras. Quando aparecem discrepâncias permanentes, é porque as idéias estranhas ao proletariado começam a se cristalizar. É porque a luta ideológica não foi suficiente para manter a unidade. Surgem então grupos contra a política e a ideologia revolucionária. Neste momento já não se trata apenas de dar continuidade à luta interna de idéias, é necessário colocar para fora a parte deteriorada. Instala-se a luta de classes aberta contra os elementos aburguesados.

Muitas vezes, os grupos oportunistas, para dar prosseguimento à sua atividade antioperária e antipartido, argumentam que é salutar o choque de opiniões, que da troca de idéias é que aparece a verdade. É um falso caminho. A discussão entre revolucionários ajuda a ver as coisas de forma mais multilateral. Mas comunistas e burgueses podem bater cabeça por tempo indefinido sem que se avance um milímetro na formulação de uma política adequada.

DEFESA DA UNIDADE

No partido não existe portanto a divisão entre maioria e minoria, nem entre burgueses e proletários. O partido é um destacamento unitário, onde prevalecem os interesses, as idéias e a política da classe operária. Se aparece um quartel general burguês no seu interior, deve ser isolado e desmascarado com a maior energia, e expulso sem a menor vacilação. Prolongar este tipo de debate, entre concepções antagônicas, só pode debilitar a organização e confundir os trabalhadores.

(Rogério Lustosa)

AFONSO ARINOS

A favor do parlamentarismo

As forças de direita ampliaram nas últimas semanas os ataques que promovem contra o parlamentarismo. Parecem assustadas com a possibilidade cada vez mais concreta de que a Constituinte se pronuncie a favor deste sistema de governo, e o combatem através de uma campanha de grandes proporções.

Visando contribuir para o enfraquecimento desta onda de ataques, a Tribuna publica nesta edição o discurso que o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, pronunciou na sessão extraordinária da Constituinte que debateu o assunto. O discurso tem importância particular porque o senador é homem de idéias reconhecidamente conservadoras, que ainda assim soube reconhecer os males que o presidencialismo, aliado ao militarismo, trouxe a nosso país e à América Latina.

"Senhor presidente, senhores e senhoras constituintes:

"Ao assomar a esta tribuna, defendendo, na medida das minhas possibilidades, a implantação do sistema parlamentar de governo no nosso país, eu poderia fazer lembranças pessoais, que justificariam, até certo ponto, a audácia de comparecer a esta sessão, neste momento, para trazer a contribuição, por mínima que fosse, ao andamento do nosso Projeto e à solução de um dos problemas mais sérios do Brasil.

"Sustento, sr. presidente, que o regime presidencial nunca foi aplicado no Brasil. Gostaria de fazer uma pequena digressão a este respeito. O regime presidencial nunca foi aplicado convenientemente fora dos Estados Unidos. Não existe exemplo, em nenhum país, em nenhum continente, da reprodução deste sistema de governo, que obedece a condições específicas da formação sociológica, cultural e histórica daquela nação, na época em que ele surgiu no campo das instituições políticas modernas.

"A razão do que digo, sr. presidente, é fácil de ser comprovada. O regime presidencial, nos Estados Unidos, adveio de uma consequência da Guerra da Independência, e V. Excia., sabem que, antes de ser uma federação, os Estados Unidos foram uma confederação, e o sistema federativo foi inaugurado, modernamente, pela República dos Estados Unidos. Mas no tempo da Confederação o General Washington foi eleito, pelo Congresso da Confederação, para comandante das forças que trouxeram a independência nacional. Foi, portanto, um general tirado do meio civil, eleito por um congresso representativo da confederação, a fim de assumir as forças que levaram adiante a Guerra da Independência.

O presidencialismo obedece condições culturais e históricas específicas dos Estados Unidos

"A Constituição americana, que vai completar 200 anos dentro alguns dias (...) escolheu um sistema sem precedentes no mundo, apenas com a intenção de conseguir um acordo para a vitória da federação. A situação interna dos Estados Unidos era extremamente grave, por causa da diferença que existia entre os treze estados que compunham aquela união, que ainda não era federal, era uma união confederal, que ainda não marchava porque lhe faltavam os elementos essenciais. Ela não podia levantar um exército nacional, ela não podia emitir moeda, em suma, ela tinha condições que eram simplesmente inviáveis para a formação de um Estado. Então, a criação daquilo foi uma mágica. Um dos livros mais notáveis que ultimamente se publicaram nos Estados Unidos, a respeito do bicentenário da Constituição, chama-se *The Miracle at Philadelphia, O Milagre de Filadélfia*. É, realmente, um milagre histórico, que não tem reprodução. Eu insisto neste ponto, porque é muito fácil de ser comprovado.

"Em primeiro lugar, os Estados Unidos não são um governo monista, eles são um governo dualista. Nos Estados Unidos existe qualquer coisa que, também, é singular no mundo moderno. É a presença da Suprema Corte americana, cuja competência essencial não está prevista no texto da Constituição. Ela não está prevista com a competência que tem. A competência que tem a Suprema Corte dos Estados Unidos provém de um julgado, de um aresto, de uma decisão formidável de um dos seus maiores juízes, o juiz Marshall, tomada em 1803, por causa de uma questão sem nenhuma importância. Ele, nomeado pelo

presidente Adams, esperou algum tempo, como juiz-presidente da Suprema Corte, para tomar essa decisão. E essa decisão foi tomada de repente, para ele fixar esse princípio, desde então inamovível, em que o Poder Judiciário controla o Poder Legislativo e o Poder Executivo, através de princípio de constitucionalidade obrigatória das leis.

"É esse dualismo essencial, que corresponde à estrutura interna, à estrutura cultural, à história política, à sociologia, à formação progressiva do Estado americano, que não pode existir em nenhum outro país do mundo, e não ser nos Estados Unidos, porque eles vieram da *Common Law* inglesa, adaptados às condições específicas dos Estados Unidos. Isso nunca mais se repetiu em país algum.

O presidencialismo brasileiro é filho do positivismo, e pendeu necessariamente para a ditadura

Por isso é que eu digo que o sistema presidencial brasileiro é o contrário daquilo que serviu de embasamento à formação daquele grande Estado, no fim do século XVIII. Por quê? Porque no Brasil a República nasceu de condições, mais que distintas, adversas (...). No Brasil, a ideologia republicana começa em meados do século XIX, através do positivismo. O positivismo foi fundamento filosófico da formação do pensamento republicano no Brasil, através da famosa tese de Benjamin Constant, então jovem oficial, apresentada na Escola Militar, a respeito de matemática, mas que de fato era uma tese política que esposava a filosofia de Augusto Comte. E o que era filosofia de Augusto Comte? A filosofia de Augusto Comte era a ditadura esclarecida, era o governo que pendia necessariamente para a ditadura.

"A ditadura esclarecida do grande pensador francês era uma coisa diferente do que foi a ditadura mal esclarecida do Brasil. É que na França a ideologia de Augusto Comte nunca chegou a se realizar politicamente. Ele foi um dos maiores filósofos do século XIX, mas sua herança política foi nula. Na América do Sul só o Brasil e o Chile devem-lhe alguma influência.

"Então, vemos a diferença fundamental em que se desenvolvem esses dois tipos de governo.

Esta filosofia política ditatorial somou-se à tendência militarista da América Latina

"O positivismo fundamentou no Brasil a idéia da ditadura, e o militarismo fundamentou no Brasil a idéia da ditadura militar. Então, a psicologia, a filosofia política era ditatorial - o positivismo; e a prática militar era ditatorial. A ditadura militar se implantou no Brasil desde o início da era republicana, desde o início da fundamentação do sistema presidencial. Ela começa com Deodoro. Do governo Deodoro ao fim do governo Floriano atravessamos 6 anos de luta e de ditadura sangrenta, de violências de toda a parte (...). Então, essa idéia da filosofia política ditatorial é assimilada, é acrescida, é aumentada à tendência militarista da América Latina. Por isso na América Latina o presidencialismo norte-americano se desvirtuou completamente. Em todos os países da América Latina assistimos mais de um século às ditaduras militares. Nós devemos pensar o que foi o General San Martín na Argentina, pois já li não sei onde que a viúva do general San Martín foi forçada, como outras pessoas, a puxar o carro do tremendo ditador Rosas (...), cuja memória é ainda respeitada por certa ala militar argentina mais radical.

"Eu citaria outros países, eu citaria o ditador Gomes, na Venezuela, símbolo de brutalidade e violência; citariamos, ainda hoje, outros países da América Latina. Em vários países latinos da América é uma tradição brutal de assassinos, de violências, das maiores barbaridades, praticadas através de todo esse tempo. No Brasil, infelizmente, embora a coexistência fraterna, sentimental do brasileiro, a brutalidade da ditadura presidencial muitas vezes, infelizmente, guarda na nossa memória estímulos irremediáveis para a História nacional republicana.

Cem anos de república, 54 anos de violência e governos opressores, às vezes de vergonha nacional

"É com essa maneira de supor que nós criamos uma filosofia ditatorial, partida de Augusto Comte, e que nós criamos uma prática militar-ditatorial, a partir do princípio da República, com Deodoro, com Floriano a terminar, esperamos que para sempre, em 1984. Sarney outro dia foi apedrejado e isso transformou-se numa situação nacional grave, um atentado contra o presidente da República! Prudente, o primeiro presidente civil, tomou posse no Itamaraty de Itaipuri porque Floriano não quis compare-

cer à cerimônia. (...) Depois vem Campos Salles, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Afonso Pena, sucessor de Rodrigues Alves, foi o presidente que sofreu a opressiva presença do Marechal Hermes, seu ministro da Guerra. (...) Depois de Afonso Pena, vem Nilo Peçanha e, depois, o governo Hermes, aquele lamentável governo Hermes.

"(...) E daí por diante, sr. presidente, atravessamos freqüentes períodos de profunda agitação nacional. Nós temos - eu fiz aqui um cálculo ligeiro - entre Deodoro e Floriano, 6 anos; Afonso Pena, 2 anos de violência; em Hermes, 4 anos de lamentável governo, chamado presidencialista. Eptácio, 3 anos. (...) Com Artur Bernardes vivemos anos e anos em estado de sítio. Washington Luís cai na luta militar da Aliança Liberal e, com ele, cai a Primeira República. Getúlio Vargas impôs 15 anos de governo ditatorial, sobretudo a partir de 1937.

Os partidos só surgiram no Brasil depois que, em 1922, surgiu o movimento comunista

"Finalmente, a partir de 1964, 20 anos de autoritarismo militar. Cem anos de República, 54 anos de violência sem lei, de governos opressivos, de degradação do caráter, às vezes de vergonha nacional. Cinquenta e quatro anos de governo absolutamente antidemocrático, absolutamente irreconhecível, absolutamente repugnante a qualquer modelo de governo respeitador da lei e da liberdade. Eis a face velada mas inesquecível do presidencialismo republicano no Brasil.

"Nós temos, sr. presidente, que reconhecer isso. É uma honra para mim, no declínio da minha vida, no amadurecimento de uma existência tipicamente brasileira, nas letras, na universidade, no parlamento, na diplomacia, na imprensa, transmitir perante esta histórica Assembléia alguns reflexos a respeito da sua também histórica responsabilidade. Falo também àqueles que não concordam comigo, os que estão contra o que eu estou dizendo e sustentando. Faço-lhes um apelo de coração, um apelo brasileiro, para que reflitam que esta é a última oportunidade que se oferece a esta Assembléia para que ela levante este país e faça dele aquilo que ele merece, aquilo que lhe está destinado pelas suas possibilidades e que restabeleça um sistema de governo digno do nosso futuro.

"Sr. presidente, tudo aquilo que se diz contra as possibilidades de implantação do parlamentarismo no Brasil é falso. Dizem que não temos partidos quando os partidos só se formaram no regime parlamentar, no Império (...). Na República, os partidos não existiam, Rui Barbosa, o maior dos republicanos, quis fazer o Partido Republicano Liberal, não conseguiu. Pinheiro Machado, o mais forte dos políticos brasileiros, quis fazer o Partido Republicano Conservador, não conseguiu. O general Glicério, o mais hábil dos manobristas políticos republicanos, quis fazer o Partido Republicano Federal, não conseguiu. Os partidos só surgiram, na República, no Brasil, depois que se tornaram uma conveniência internacional, depois que apareceu aqui a luta ideológica internacional; depois que, em 1922, veio o movimento comunista, que tem aqui representantes da minha estima e admiração especiais, os representantes do Partido Comunista Brasileiro e os do Partido Comunista do Brasil. Eu os respeito, os admiro e os considero como meus companheiros e, por isso, apelo que, por motivos não ideológicos, nem interesseiros em matéria de política, os comunistas se botem ao nosso lado agora e votem pelo parlamentarismo no Brasil.

"Em 1922 começou essa luta. (...) Só depois que os partidos se apresentaram, no nosso país, com a máscara trágica da luta internacional, é que outras correntes começaram a se tornar partidos nacionais.

"(...) Senhores constituintes, devo dizer a V. Excia., que eu saíria com a consciência tranqüila depois de ter tido, tudo aquilo que eu quis dizer, que a minha idade, o meu sofrimento, que a minha participação na vida nacional me deu, que isso, eu saio com a inteligência capaz de pensar com o coração cheio de gratidão por V. Excia."



DE OLHO NO LANCE

Maioria de cem

O Exército, através de Centro de Comunicação Social informou que o pronunciamento do general Leonidas Gonçalves, atacando raiosamente a Constituinte e tentando intimidar os parlamentares, "vem recebendo muitas manifestações de apoio e solidariedade". E ainda acrescenta que estas opiniões favoráveis - através de "centenas de telex, cartas, telegramas e telefonemas", são de setores civis.

Ótimo, fica assim comprovado o democratismo do general. Evidentemente que existem outros 120 milhões de brasileiros que não telefonaram para os militares e que elegeram a Constituinte com a função de elaborar soberanamente a nova Carta Magna. Mas isto deve ser considerado mero detalhe. Tamanha é a sensibilidade democrática desta elite fardada, aperfeiçoada em 21 anos de regime militar, que provavelmente eles "percebem" que o povo os apoia. O fato de alguns milhões terem saído às ruas em 1984 para pôr fim ao governo Figueiredo também deve ser uma coisa menor. O que conta mesmo são os tais cem telefonemas recebidos pelo Centro de Comunicação Social. Melhor que isto só mesmo o jovem gaúcho que defendeu uma emenda em favor do monarquismo - que contou com a assinatura de 47 mil pessoas.

METALÚRGICOS DO RIO

O tombo dos pelegos

Numa votação surpreendente, o peleguismo - com apoio do patronato - sofreu uma fragorosa derrota nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A vitória da Chapa 2, das oposições unidas, no primeiro escrutínio, mostrou que a categoria clama por mudanças e quer que o Sindicato volte a lutar pelos seus interesses.

A Chapa 2 foi consagrada pelos metalúrgicos nas urnas, obtendo 5.109 votos, contra 3.427 para a situação e 1.196 para a Chapa 3. Com esta votação, não restou alternativa ao atual presidente e encabeçador da Chapa 1, Valdir Vicente, senão proclamar o resultado e reconhecer a derrota.

Este resultado confirmou a vontade de mudança da categoria e de acabar com o imobilismo do Sindicato. De nada adiantou as manobras do pelego, já no primeiro dia das eleições. A Chapa 1 procurou tumultuar o processo eleitoral, não obedecendo liminar da justiça que garantia mesários e fiscais para as três chapas concorrentes. A tropa de choque contratada pela situação tentou sair com as urnas sem fiscais e provocou brigas. No segundo dia, quando votaram as maiores firmas, repetiram as mesmas manobras. Sem contar fatos como o de uma que deveria ter ido para a Ishibrás ter parado no município de Caxias.

Eram comuns telefonemas

chamando os presidentes de mesas na hora do almoço, que só retornavam com o apito final, deixando dezenas de operários sem votar, como ocorreu no estaleiro Caneco. Roteiros de urnas eram modificados, fazendo com que inúmeras fábricas ficassem sem votar, como foi o caso da Sulzer, de onde saiu o deputado operário Edmilson Valentim, apoiador da chapa vencedora. Ficava evidente o objetivo de não se dar quórum ao pleito. Mas os operários procuravam as urnas, iam ao sindicato votar contra a atual diretoria.

ANSEIO DE MUDAR

O resultado de algumas fábricas mostra bem como a categoria ansiava por renovar e reconquistar para si o sindicato. Na White Martins a Chapa 2 ganhou com 96 votos e a situação teve apenas um. No Caneco a oposição unida obteve 237 votos e a Chapa 1 somente 16 votos. Na Ishibrás foram 164 contra 42. Na GE, maior colégio eleitoral, a Chapa 2 obteve o dobro do

número de votos da situação. Além da esmagadora vantagem nas médias e grandes empresas, a Chapa 2 também ganhou em inúmeras pequenas fábricas, consideradas pelo pelego, um curral seu.

Foi uma vitória do espírito de combatividade dos metalúrgicos cariocas, contra a união dos patrões, do governo com o que há de mais atrasado no sindicalismo brasileiro. Durante a campanha, Luis Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi ao Rio trabalhar como cabo eleitoral de Valdir Vicente. Junto com ele estavam várias Kombis vindas de São Paulo, foram alugadas todos os carros de som da cidade, tudo isso para propagar as suas idéias patronais.

A Chapa 1 atacava abertamente as 40 horas semanais, a estabilidade no emprego. Defendia o imobilismo reinante na entidade, apelidando o velho peleguismo de "novo sindicalismo". Alardeavam o seu "sindicalismo de resultado" acenando com a conquista da reposição salarial, migalha dada pelos patrões para ver se compravam a consciência dos metalúrgicos.

EFEITO CONTRÁRIO

Mas este discurso provocou o efeito contrário ao que desejavam os pelegos, pois sedimentava nos operários a necessidade de mudança. A Chapa 2 captou este espírito, apresentando propostas combativas. A Chapa 1 se enterrou de vez com sua posição perante a greve geral, quando organizou o anti-piquete. Era visível a revolta dos metalúrgicos ao verem o seu sindicato cumprindo o papel da PM.

A diretoria recém-eleita pretende levar o seu trabalho às bases e enraizar a presença do sindicato nas fábricas. Segundo Renato Arthur, novo secretário-geral, "é hora de unir ao máximo os metalúrgicos, não só para enfrentar a próxima campanha salarial mas também para reerguer o sindicato".

(da sucursal)

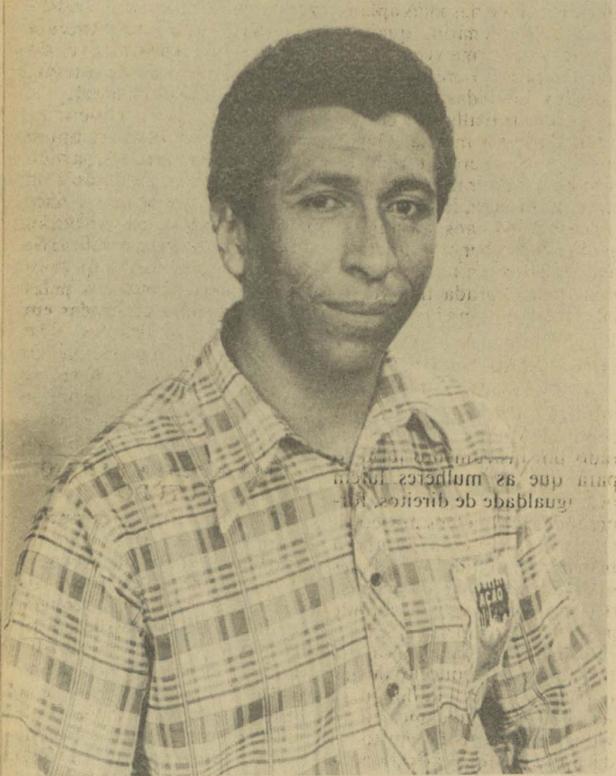


Foto: Carlos Carvalho

A nova diretoria eleita que pretende reerguer o Sindicato

GREVE NA FORD

Combate ao plano macabro

Iniciada no dia 17 de agosto, a greve dos 3 mil metalúrgicos da Ford do Ipiranga - bairro da capital paulista - prossegue com grande coesão. A mobilização no interior da fábrica começou logo após a edição do Plano Bresser, com os trabalhadores reivindicando o pagamento imediato do resíduo salarial (21,26%). Mas o movimento só desembocou na greve quando a multinacional anunciou sua intenção de desativar a seção da ferramentaria, o que vitimaria os 410 operários do setor.

A paralisação é total, com os metalúrgicos permanecendo no pátio da empresa. Duas vezes por dia são realizadas assembléias e também foram promovidas algumas ações mais combativas. No último dia 28, por exemplo, houve um

ato político na portaria da indústria com a presença de familiares dos grevistas e lideranças políticas e sindicais.

PLANO DA AUTOLATINA

A decisão de desativar a ferramentaria partiu da Autolatina, conglomerado criado oficialmente em junho passado que reúne duas grandes multinacionais do automóvel - a Ford americana e a Volks alemã. Seu argumento é que o fim da seção racionalizaria a produção. Mas, segundo comprovou a Comissão de Fábrica da Ford, o objetivo real é fabricar dois novos modelos de carros - Splus e Nevada - no exterior. Se aplicado no Brasil, o projeto implicaria em 1.600 mil horas de trabalho durante um período de 38 meses. Mas o conglomerado quer transferir o

serviço para a Ogihara Tools do Japão e a Mecaner da Espanha.

"Essa medida é terrível", garante Lúcio Bellentani, coordenador da Comissão de Fábrica. "Representa a demissão de 410 ferramenteiros da Ford e ameaça outros 15 mil trabalhadores que estariam diretamente envolvidos nesse processo de produção". Para ele, "além do desemprego, a Autolatina pretende brear o desenvolvimento da tecnologia no país".

Outro objetivo latente da multinacional é golpear a atuante Comissão de Fábrica. "A Ford quer testar a nossa força", comenta Lúcio. Tanto que já demitiu 135 operários por justa causa e não apresenta propostas razoáveis nas negociações. O organismo de luta dos metalúrgicos da Ford foi conquistado em outubro de 82. Durante esses anos, ganhou respeito do coletivo e ergueu uma respeitável estrutura. A comissão conquistou o direito de realizar assembléias no interior da empresa; conta com quadros de avisos em todos os vestiários; dispõe de um boletim e de uma sala para reuniões. Através de sua ação, várias demissões foram barradas e muitas vitórias foram alcançadas. Sua força ficou expressa nas últimas eleições no Sindicato dos Metalúrgicos. Contando com cerca de 2 mil sindicalizados, a chapa encabeçada por Lúcio Bellentani teve 95% dos votos. "A Autolatina quer derrotar a comissão politicamente, não para acabar com ela, mas para domesticá-la", afirma Lúcio.



Assembléia no pátio da Ford: disposição de prosseguir na luta

O peso da vitória no Rio

A vitória da Chapa 2, de oposição, nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro tem grande significado político-sindical. Transcende os limites, já vastos, da importância daquela entidade. Com essa vitória, o chamado "sindicalismo de resultados", defendido pela chapa situacionista, sofreu uma derrota de proporções, o que inibirá significativamente seus planos de tomar de assalto a direção da CGT e submetê-la a sua orientação colaboracionista, patronal.

Os membros da situação, com a "assessoria direta" de Luiz Antônio Medeiros (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), foram fundo na defesa do seu "novo sindicalismo". Inundaram a imprensa com declarações arrogantes. Valdir Vicente, candidato derrotado à presidência do sindicato, afirmou ao "Jornal do Brasil", no segundo dia das eleições cariocas: "Telefonarei para o Joazeiro e direi que queremos um congresso extraordinário para definir a linha da CGT, que hoje não tem". Mais à frente dizia: "O voto na CGT deve ser da entidade e não do político. O militante na central deve votar segundo suas bases". Para esse senhor ser coerente, depois de ouvida suas bases, devia calar-se...

Na realidade, Valdir Vicente, Medeiros e Magri esperavam, com base no resultado do pleito dos metalúrgicos do Rio, dar um golpe na CGT. No dia 20 de agosto, dia da greve geral, substituíram a polícia carioca no sujo papel de reprimir piquetes dos grevistas. Utilizaram os equipamentos de som do sindicato para convocar os operários ao trabalho, para atacar a greve. Neste papel de sabujos da polícia, destacaram-se os membros do agrupamento

PONTO DE VISTA SINDICAL



Ronald Freitas

chamado MR-8, também conhecido, com razão, de UDR-8. Durante a campanha eleitoral e na preparação do protesto nacional, desenvolveram intensa campanha anticomunista, atacando o PCdoB e seus militantes por participarem da chapa oposicionista.

BRILHANTE RESPOSTA

A esse "sindicalismo novo", de "resultados", que objetiva fundamentalmente manietar a luta sindical, restringir sua ação à luta econômica e não integrá-la ao conjunto da luta política de todo o povo, os metalúrgicos cariocas deram uma brilhante resposta. Elegeram a Chapa 2 que defende posições diametralmente opostas.

A vitória da Chapa 2 significa a vitória do sindicalismo de luta, do sindicalismo que compreende que confinada à esfera econômica a luta sindical é extremamente limitada e deixa de ser um elemento de avanço para se tornar um entrave à classe operária e de lutar e organização dos trabalhadores. Significa vitória de uma concep-

ção sindical que tem claro que, para adquirir melhores índices salariais, melhores acordos coletivos etc, é preciso lutar e não colaborar com os patrões. Sabe que só com luta, e não em rodadas de uisque com os patrões, é que se consegue arrancar da burguesia parcela de seus lucros. Significa a vitória da democracia, da não aceitação dos vetos ideológicos aos comunistas, da compreensão de que no Brasil de hoje a luta político-sindical é muito ampla e conta com a participação de um grande leque de forças que atuam no rumo da democracia, da independência nacional e do progresso social.

VITÓRIA DA UNIDADE

A unidade é outra vitória nessa batalha eleitoral. A Chapa 2, formada após inúmeras consultas e exaustivas negociações, conseguiu unir todas as forças de oposição ao pelego e sua desgastada diretoria. Diferente do pleito no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde as oposições saíram divididas em função da ação sectária e divisionista da CUT.

Se a unidade foi um dos elementos básicos para a vitória, sua manutenção é condição para o bom desempenho da gestão que se inicia. As bases para sua continuidade estão contidas no acordo assinado pelas correntes sindicais que compuseram a chapa de oposição.

A nova diretoria caberá uma tarefa gigantesca. Reconstruir o sindicato após anos de inoperância, dilapidação do patrimônio e desmandos. Reconquistar a confiança da categoria para com a sua entidade, o que se materializa numa intensa campanha de sindicalização. Intensificar os vínculos do sindicato com a base, através dos delegados sindicais, comissões de fábrica, das Cipas. Enfim, fazer do sindicato um verdadeiro órgão de luta e organização dos trabalhadores.

METALÚRGICOS DE CAXIAS DO SUL

Chapa 2 mostrou força

A Chapa 2 foi a grande vencedora nas eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Este é o segundo sindicato de metalúrgicos do Rio Grande do Sul e congrega 10.500 sócios entre os 26.000 trabalhadores da categoria.

A votação se encerrou no último dia 28. Houve a participação de três chapas: a Chapa 2, composta por lideranças ligadas ao PCdoB, PDT e PT, encabeçada por José Altamiro de Oliveira Paim (Zecão), aglutinou os elementos combativos da atual diretoria, como também incorporou as novas lideranças surgidas nos movimentos grevistas e nas lutas da categoria; a Chapa 1, formada pelos setores atrasados e vacilantes da atual diretoria e elementos vinculados ao PCB e ao MR-8; a Chapa 3, encabeçada por um pelego, ex-presidente do sindicato, e articulada pelas chefias das fábricas, com apoio dos patrões.

VITÓRIA ESMAGADORA

A vitória da Chapa 2 se verificou nos dois turnos da eleição. No primeiro ganhou com uma diferença de 459 votos sobre a Chapa 1. E no segundo turno, mesmo enfrentando a unificação das chapas 1 e 3 e as violentas calúnias e ofensas desferidas, principalmente contra seu presidente, a Chapa 2 triplicou a diferença, fazendo 4.572 votos contra 3.159 da Chapa 1. A Chapa 2 venceu em todas as 15 urnas das fábricas, perdendo apenas na urna do sindicato por uma pequena diferença.

A força da chapa vitoriosa se manifestou já durante a campanha nas portas das grandes fábricas. Na Randon, com aproximadamente 3 mil trabalhadores, a Chapa 1 foi recebida com vaias e latifúrias por parte dos operários antes das eleições, enquanto que a Chapa 2 era recebida com aplausos. Nesta fábrica a Chapa 2 fez o dobro do



José Altamiro Paim, o Zecão, novo presidente do Sindicato

do que sua concorrente. Nas principais fábricas, como Marcopolo, Eberle, Stedile e Tramontina, a chapa vencedora obteve mais de 50% dos votos.

"COMBATENTES COMPROVADOS"

Para José Altamiro Paim, o Zecão, presidente eleito, "a vitória da Chapa 2 representa um grande avanço, porque as forças que a compõem têm um programa de trabalho bem definido e seus integrantes são combatentes comprovados, que não medirão esforços para mobilizar os trabalhadores na luta pela reposição salarial, estabilidade no emprego, 40 horas semanais, fim do governo Sarney e lutas em 88, porque essa bandeira vem sendo defendida por nós". Adolfo de Almeida, vice-presidente, disse que "a Chapa 2 fez o dobro do

para a categoria que tirou da direção do sindicato os elementos atrasados e vacilantes e manteve aqueles que defendem um sindicato forte e combativo, capaz de unificar os trabalhadores nas lutas específicas, como o fim das filas na assistência médica, como também na luta geral dos trabalhadores".

Segundo Pedro Pzenatto, dirigente reeleito, "a eleição dessa diretoria representa uma virada no movimento sindical da região e uma vitória política do movimento sindical no Estado. Vai se forjando na prática um sindicalismo à altura das necessidades e exigências dos trabalhadores, ao mesmo tempo que rompe com o alinhamento automático às centrais sindicais, selando a unidade dos setores combativos".

(da sucursal)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundaçao Mauricio Grabois



fala o POVO

Por motivos de falta de espaço, esta seção não pôde ser publicada durante alguns números. Estamos fazendo o possível para que os que não tiveram suas cartas publicadas, possam vê-las nas próximas edições. Continuem nos enviando suas colaborações, como o Evandro Favacho!

Um pouco de poesia

Gostaria de parabenizar esta **Tribuna Operária** pelas últimas capas. Enquanto continuar o tamanho "standart", a primeira metade deve ser utilizada na forma como vem sendo: um desenho ou uma foto bem chamativa e uma manchete curta e grossa, acompanhada de um

resumo da matéria para a qual se chama a atenção. Com um intuito de contribuir para a **TO** estou enviando dois poemas.

Um do senhor Jarbas Gomes Filho, que é um lavrador residente aqui em Ribeirão Preto e outro de minha própria lavra.

Para concluir, gostaria de convidar todos os leitores da **TO** para que não apenas enviem críticas e contribuições como também procurem outros colaboradores, como o seu Jarbas, por exemplo. (Evandro Favacho, Ribeirão Preto-SP)



Autor: Rubem Grillo

DEPOIS DO CRUZADO DOIS

Meu senhor presidente
O senhor está me ouvindo neste momento
Por que o senhor acabou Com o primeiro congelamento
Se o povo brasileiro Estava todo satisfeito
E até muito contente
Quando passamos ser Fiscal do senhor presidente (?)

Seja o senhor, deputado ou senador
Se vocês estão em cima
Foi o povo quem levou.

Meu senhor presidente
Se acreditamos em você
Foi por isso que votamos em massa
No partido do PMDB.
Nós, estava todos de acordos
A trabalhar com o senhor
De ombro a ombro.
Mas não sabia que depois das eleições
Nós ia sofrer este tombo.

Ainda tenho minha linda palavra
Do saudoso Tancredo Neves
Que não posso esquecer
No tempo inteiro.
Que não é pra pagar a dívida externa
Com a fome do povo brasileiro.

Porque o povo brasileiro
Já não estão podendo comer carne
Só estamos comendo tomate e arroz.

Tudo isso aconteceu depois do Cruzado dois.

Nós estamos todos de acordo
Em todo o aumento que o senhor fez cem por cento.
Mas queria que os mesmos aumento tivesse nosso pagamento.

Se eu fiz a minha conta
Sobre uma folha de papel
Com mil e seiscentos cruzados
Meu senhor presidente...
Não pagamos nem os aluguel.

Foi dia 28 de fevereiro
Que foi do ano passado
Foi quando o senhor anunciou
Que estava tudo congelado.
Que foi aquela correria
Gente por todo lado
Fechando grandes indústrias
E até mesmo super-mercado.

Mas é somente o salário do povo trabalhador
É que ainda está congelado.
(Jarbas Gomes Filho)

POEMINHA EDUCATIVO E COMBATIVO CONTRA O CATIVEIRO

Nossa esperança
Está na nossa união
Veja o exemplo na sua mão:
Aberta, com os dedos dispersos
Quase nenhuma força tem.

Mas... se fechada
Com os dedos unidos
Você pode falar
Até ao mais valente: vem!

Além da união
A mobilização
Pois esta é como vulcão.
E quando um braço se levanta
Mil outros se levantarão
(Evandro da Costa Favacho)

Patrão agride sindicalista

José Carlos de Moura, presidente do sindicato dos empregados de Marília, foi vítima de agressão física por parte do proprietário da Turismar. Waldemar Colombo, quando defendia os direitos de um sindicalizado obrigado pelo mau patrão a dobrar a jornada de trabalho. O desespero de Colombo deveu-se à luta que Moura e seus companheiros de diretoria do Sindicato desenvolvem contra a exploração na Turismar, que coloca em risco, todos os dias, a vida de centenas de passageiros.

O patrão exige de seus empregados, sempre mais do

que as oito horas diárias regulamentadas por lei ou 600 quilômetros rodados, infringindo todos os códigos estabelecidos pelo próprio DNER, o Departamento nacional de Estradas de Rodagem.

O sindicalista agredido, entretanto, recebeu o apoio de várias categorias, como a dos bancários - que divulgou nota em seu jornal, hipotecando solidariedade. Os sindicalistas da região, nesta ocasião como em outras em que o trabalhador levanta a sua voz contra a exploração, vêm trabalhando juntos na construção de uma Frente Unida Sindical de Marília. (Sucursal de Marília)



JORNADA DAS NAÇÕES UNIDAS

Mulheres: uní-vos

"Estive, outro dia, num birô de informática para ver que tipos de serviços poderiam nos prestar na preparação desta Jornada e observava o pessoal trabalhando nos computadores, microprocessadores, disquetes e codificadores. Numa das unidades de processamento, deparei-me com uma fita que trazia a seguinte identificação: **Impacto da automação nas tarefas domésticas.** A escrivãzinha estava vazia. Interessei-me por saber quem trabalhava naquele terminal, já antecipando um diálogo proveitoso com o processador. Informaram-me que o trabalho estava interrompido porque a operadora fôra despedida no dia anterior, pois se casara e havia o receio de que logo ficasse grávida". Com esta simples experiência, a representante do Brasil no CEDAM (Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher), Ruth Escobar, abriu sua intervenção na Jornada que este órgão das Nações Unidas (ONU) realizou em São Paulo na semana passada. "Eu não sabia se reagia como uma rotariana subversiva, como uma quebradora de máquinas ao estilo inglês do século XVIII ou se subia por cima dos computadores para fazer um discurso contra a discriminação à mulher", continuou a deputada. "Na profissão que é chamada de profissão do futuro, uma mulher era despedida apenas pela suspeita de vir a repetir o fato biológico mais antigo do planeta: a reprodução da vida!", concluiu ela.

A ESTRATÉGIA: PRESSIONAR OS CONSTITUINTES

O objetivo principal desta reunião internacional que envolveu representantes de 24 países foi a de conferir a aplicação da Proclamação Universal dos Direitos da Mulher, aprovada pela ONU em 18 de dezembro de 1979. Em relação ao Brasil, a estratégia segundo Ruth Escobar, "é pressionar os constituintes para que sejam aprovadas propostas avançadas sobre a condição feminina". Ao lado da representação estrangeira, participaram do evento várias deputadas constituintes como Moema São Thiago (PDT), Elizabeth Azize (PSB), Benedita da Silva (PT), Raquel Cândido (PFL), Wilma Maia (PDS), Lídice da Mata (PCdoB), Tutu Quadros (PTB) e Abigail Feitosa (PMDB) que representou a



PROCLAMAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA MULHER
"O BRASIL ASSINOU E NUNCA EM LEI... O CONGRESSO RATIFICOU E POUCO SE CUMPRIU."

CONHEÇA AS LEIS APROVADAS PELO BRASIL NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO À MULHER.



C.E.D.A.W.
CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER



Assembleia Nacional Constituinte e foi uma das mais aplaudidas pelo plenário, quando repudiou de forma veemente a intervenção do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, nos trabalhos de elaboração da carta magna. Outra mulher que mereceu todo o carinho e admiração dos presentes à Jornada, foi uma amazonense de 44 anos, a primeira mulher a receber título definitivo de posse de terra no próprio nome, casada três vezes, 20 filhos e mais quatro adotivos!

OS TEMAS EM DEBATE

A "Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher" foi considerado um instrumento jurídico para que as mulheres lutem pela igualdade de direitos, fornecendo parâmetros aos constituintes, especialmente à bancada feminina nos debates que se acirram agora na fase decisiva. A igualdade perante as leis e no casamento, a extensão dos direitos da gestante à mãe adotiva, o conceito de que o planejamento familiar deve ser visto como uma opção individual e a discussão em torno da aposentadoria aos 25 anos

são questões que têm mobilizado os esforços das constituintes para que estes pontos já constem do substitutivo do relator da comissão de sistematização, Bernardo Cabral.

Direitos civis, violência, saúde, infraestrutura de apoio social como as creches, participação política e a relação com órgãos governamentais e não-governamentais na definição de estratégias para a aplicação da Convenção, foram os principais temas abordados pelas mesas redondas realizadas em São Paulo. Em Brasília, além de uma visita ao presidente da República, novos debates se deram no Senado sobre o poder legislativo e os direitos da mulher na futura constituição.

UMA APOSTA PARA O FUTURO

"Não queremos a revanche, queremos que os homens se libertem para nossas virtudes sufocadas. E se queremos os direitos do homem, queremos também que eles assumam os deveres das mulheres e neles também encontrem a sua liberdade. Nosso lar agora é a humanidade, substantivo feminino singular. Nossa casa é o planeta, nosso quintal faz fundos com o cosmos. Estamos ainda fechando as contas que foram embaralhadas enquanto estávamos escolhendo arroz, mas o que queremos mesmo é fechar com os homens as nossas apostas para o futuro! Assim, Ruth, que coordenou a realização desta Jornada no Brasil encerrou seu discurso agradecendo a participação de todos os convidados ao encontro. Bella Abzug, representante das mulheres americanas deu a dimensão da tarefa a que se propuseram, em sua intervenção, colocando que "a questão da mulher não é apenas de abrir, mas de transformar o mundo".

(Pedro de Oliveira)



Italianas, equatorianas, canadenses e 24 nacionalidades na Jornada

Denúncias das paraguaias

Elba Benitez de Goiburu, representante do Paraguai na Jornada contra a discriminação da Mulher, fez um relato dramático de como vivem hoje mais de 1 milhão e quinhentas mil mulheres paraguaias (50% da população do país) vítimas, como todo o povo, de uma ditadura chefiada pelo general Stroessner que se arrasta por mais de 33 anos:

1) "No Paraguai não existe liberdade de associação, desrespeitando a própria constituição. Lá não se tem direito à sindicalização, prejudicando assim, as organizações femininas camponesas, operárias, profissionais e estudantes;

2) "Não existe também a liberdade de imprensa, comprovada pelos fechamentos do diário ABC Color e da

rádio Nanduti. A desinformação reina entre as mulheres e as denúncias sobre sua condição são divulgadas apenas no exterior;

3) "A tortura é o braço direito da ditadura. Muitas mulheres têm sido vítimas de violências físicas e psíquicas (em vários casos irrevogáveis) fruto de tratamento recebido nos cárceres de Stroessner. Algumas permaneceram presas por mais de 13 anos sem processo.

4) "Os direitos das crianças no país são constantemente violados. A subalimentação alcança as mães nos períodos de gestação e amamentação provocando sequelas em seus filhos;

5) "O direito à educação e ao aperfeiçoamento profissional e técnico não atinge as mulheres paraguaias, monopolizado que é por uma minoria governante;

6) "O direito à saúde não existe. No único hospital das clínicas do país, as enfermeiras e médicos são péssimamente remunerados e quando se mobilizam, tem sido violentamente reprimidos pela polícia;

7) "O direito à terra não pode ser exercido, já que 50% do território está nas mãos de apenas 1% da população. As camponesas vêm sofrendo com a queima de suas roças, sendo obrigadas a fugir com os filhos para países limítrofes;

8) "O desaparecimento de mulheres por motivos políticos, sindicalistas, operárias é uma mostra cabal das violações dos direitos humanos. A perseguição além fronteiras, tem levado à detenção dessas mulheres na Argentina e no Brasil com posterior entrega ao regime paraguai."

CDM - Comissão de Discriminação e Mulheres
Fundação Maurício Grabois

Um operário marcado pelo ódio patronal

Aurélio Peres é ferramenteiro com grande experiência e com uma folha de serviço impecável. Mas não encontra trabalho. Os patrões não permitem que um trabalhador esclarecido, que foi deputado federal pelo PCdoB, retorne à sua categoria. Foi obrigado a aceitar um emprego burocrático

Ele nasceu em uma família camponesa em Santa Fé do Sul, São Paulo, em 1939. O sítio de seus pais era pequeno, insuficiente para os 14 irmãos trabalharem. Aurélio era forçado a completar o sustento alugando sua força de trabalho. Foi bóia-fria e caminhoneiro. Há 23 anos tornou-se operário metalúrgico, deslocando-se para a capital do Estado. Engajou-se nas lutas da categoria. Em 1981 foi candidato a presidente do Sindicato.

O Movimento Contra a Carestia nasceu em sua casa lá foi redigida a famosa carta das mães pedindo o congelamento dos preços. Em 1978 isto resultou num abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas. Apoiou também ativamente o movimento de ocupação de terras nas Zonas Leste e Sul de São Paulo em 1981 assim como a luta dos moradores do Centreville.

Aurélio falou à TO sobre sua luta e as dificuldades para trabalhar.

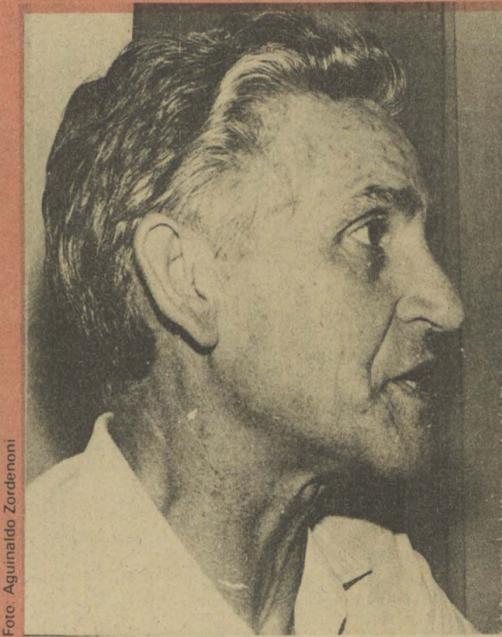
TO: O que levou um ex-parlamentar como você a procurar trabalhar na mesma função que tinha antes, como ferramenteiro?

Aurélio: Veja bem, sou um homem de origem camponesa, vim para a cidade, me tornei operário metalúrgico, trabalhei toda a minha vida dentro de uma fábrica. Gostaria até de ter estudado mais, mas não tive condições. O que consegui foi aprender uma profissão. Houve um período, fruto das lutas que nós desenvolvemos ao longo dos anos, em que me foi dada a tarefa de representar a classe operária no parlamento. Foi uma tarefa muito difícil, num período da ditadura onde as liberdades ainda estavam muito distantes do povo. Fui cumprir esta tarefa, longe da ilusão de que a classe operária possa resolver seus problemas através do parlamento, mas a fim de que ela tivesse uma tribuna para expressar o seu pensamento diante do cenário político nacional ou até internacional. Cumpri esta tarefa durante dois mandatos. No terceiro, a classe operária paulista, confusa, fruto das manobras da burguesia, não conseguiu ampliar o espaço que teria direito no parlamento, principalmente agora num parlamento constituinte. Sem essa tarefa eu não tinha outra alternativa senão voltar às minhas origens. Se eu fosse um deputado burguês, o mais natural seria eu me depender no governo e arrumar um espaço onde eu pudesse continuar desempenhando a minha atividade política, mas distante da minha classe. Eu sempre tive muito claro que o meu mandato era um mandato de representação da classe operária. Uma vez que eu não o tenho, a minha opção é voltar para a minha classe. E voltar para a minha classe significaria eu assumir a minha função, que sempre exerci, como ferramenteiro.

Se fosse burguês me ajuntava com o governo

TO: Você trabalhava em que fábrica antes de se eleger deputado?

Aurélio: Quando fui eleito em 1978 trabalhava na fábrica de bicicletas Caló. Mantive o vínculo com a Caló até agora e assim que terminou o meu mandato eu me apresentei novamente na fábrica. Sempre tive consciência de que o espaço para a classe operária não é uma dádiva, é uma conquista. Nenhum burguês está interessado em propiciar aberturas para a classe operária, mas eu não tinha a noção exata do que significava, por exemplo, as restrições que a burguesia impõe para a classe



1987: sete meses desempregado



1986: o deputado no comício de 1º de Maio na Praça da Sé



1978: Aurélio no ato contra a carestia, na catedral de S. Paulo.



1981: Na porta de fábrica durante a eleição para o sindicato

operária. E agora isto me ficou bastante claro, porque na medida em que me apresentei para reassumir a função, os donos da fábrica não permitiram. Em 11 anos de vínculo com a Caló, sempre trabalhei corretamente. Tenho uma ficha limpa, onde você não encontra uma falha sequer, nem uma advertência. Nesse período todo eu tive duas ou três faltas que foram justificadas por motivo de doença. E na medida em que me apresento para trabalhar, eu recebo um não da empresa.

TO: O que eles alegaram?

Aurélio: A alegação não foi a de que a empresa estava em crise, porque durante todo este período em que fiquei procurando emprego, a Caló manteve o anúncio procurando ferramenteiro. Então eles precisavam do meu trabalho, eles tinham uma vaga aberta e não permitiram que eu preenchesse esta vaga. A alegação era a de que eu não poderia voltar a assumir a função de ferramenteiro porque teria me tornado um cidadão acima do nível dos operários por causa da atividade parlamentar. E, usando a própria expressão de um dos diretores da fábrica, eu teria me tornado "um operário muito esclarecido". Insisti com a Caló e o máximo que eles fizeram foi um acordo de me manter ligado à empresa durante seis meses, mas não permitiram que assumisse a minha função.

Para receber, ia acompanhado pela segurança

TO: Você não conseguiu trabalhar lá nem um dia?

Aurélio: Não consegui trabalhar nem um dia. E até para receber o meu salário tinha que ir no departamento pessoal acompanhado por um guarda. Tinha que receber autorização na portaria, preencher ficha

como se fosse uma pessoa estranha à empresa. Acho isso uma humilhação muito grande. Acredito até que a empresa tenha adotado essa medida de não me desligar imediatamente para evitar que o impacto fosse maior e que o fato em si não ganhasse maior publicidade. Esse acordo terminava em 31 de julho, mas no dia 1º de julho já me desligaram da empresa, apesar de me pagar o salário.

TO: Este trabalho, lhe é necessário? Você não tem outros rendimentos?

Aurélio: É evidente que eu necessito do trabalho, pois não tenho outra fonte de renda senão meus braços.

TO: Como você se viu na condição de desempregado?

Aurélio: Foi uma experiência que eu diria dolorosa. Depender no governo eu não quis e arrumar um outro emprego foi muito difícil. Outra fonte de renda eu não tinha, a não ser a pequena aposentadoria que eu recebo como ex-parlamentar - o IPC do Congresso dá direito à aposentadoria depois de oito anos de mandato. Esta aposentadoria é de Cr\$ 7 mil, que é insuficiente para um cidadão se manter com uma família.

TO: Como foi a busca de emprego nas outras fábricas?

Aurélio: Eu não tive outra saída a não ser procurar outro emprego. Tive a preocupação de procurar um emprego dentro da minha categoria, a dos metalúrgicos. Percorri todas as fábricas durante estes seis meses, mas a dificuldade foi muito grande. Em uma fábrica, por exemplo, onde houve um corte grande, lá estava precisando de ferramenteiro e de ajustador mecânico. Eu estava disposto a entrar, mas para mim a vaga não estava aberta. Procurei falar até com o diretor de relações industriais e ele nem sequer concordou falar comigo pelo telefone. Então você vê as dificuldades a que ponto chega.

TO: Não foram poucas as fábricas percorridas?

Aurélio: Eu corri muitas fábricas. Passei pela Villares, MWM, Wapsa, Walita... E passei também por fábricas pequenas. Mas em todas eu não encontrei a mínima esperança. Tem uma fábrica que a diretora de relações industriais era amiga da família da minha mulher. Ela garantiu que me colocaria na empresa quando voltasse a trabalhar. Quando chegou a hora eu a procurei, dizendo que precisava do emprego, ela me pediu um tempo para arrumar a vaga e até hoje esta vaga não apareceu.

TO: Diante disso o que você fez para arrumar este seu atual emprego?

Aurélio: Eu não tenho mais o salário da Caló e sou obrigado a encontrar um trabalho, custe o que custar. Aí comecei a procurar emprego nas estatais já que as portas estavam fechadas para mim no setor privado. Mas nem aí foi fácil. O metrô, por exemplo, estava selecionando profissionais e havia vaga no setor de manutenção. Eu nem quis procurar pelos caminhos normais porque eu já estava com a experiência do setor privado e pensei que ia ser a mesma coisa. Procurei diretamente o secretário dos Negócios Metropolitanos. Mas esta vaga não saiu e até hoje estou aguardando a chamada do secretário. Agora apareceu esta oportunidade de trabalhar na Eletropaulo. No entanto lá estou tendo minhas dificuldades também.

TO: Este emprego é na sua área de trabalho?

Aurélio: Fiquei durante 15 dias rodando de superintendência em superintendência e nenhuma delas queria me aceitar. Tive uma superintendência que chegou a dizer que não me aceitava por "ter sido um deputado que havia derrubado as grades do Palácio dos Bandeirantes". Essas são as dificuldades.

Bem, acabei acertando de ir trabalhar no Cambuci, no setor administrativo. Eu falei com o superintendente, mostrando que tinha interesse em trabalhar na minha profissão. A Eletropaulo tem o serviço de oficinas onde existe a profissão de ferramenteiro. Encontrei dificuldades e não consegui ir para as oficinas. Primeiro, acho que por motivos políticos. Segundo, por motivos de salário. A faixa de salários nas oficinas da Eletropaulo estava bem abaixo da faixa de salário que estava na minha carteira. Estas dificuldades todas é que me levaram a aceitar este emprego atual na Eletropaulo, embora esteja totalmente deslocado daquilo que sei fazer. Mas preciso sobreviver e estou sujeito a estes destempérios todos.

Aqui também não me deixaram ir para a oficina

TO: Alguns sindicalistas, como o Magri, dizem que você está lá como marajá?

Aurélio: É preciso a gente saber o que é marajá. Se eu tivesse, por exemplo, sido contratado e comissionado, eu acho até que eles teriam razão de levantar uma acusação deste tipo, porque seria um peso para a empresa. Mas estou lá à disposição da empresa para trabalhar. Então não vejo em que possa ser marajá. Não estou lá para fazer mídia à custa do emprego. Vou fazer política, como eu sempre fiz, mas quero fazer juízo ao salário que ganho. E meu salário não é de marajá.

TO: O trabalho no Congresso é mais fácil que o trabalho na fábrica?

Aurélio: O trabalho no Congresso é importante, mas para uma representação classista é um trabalho bastante precioso espaço que você tem e muito

pequeno. Fui deputado durante oito anos e não consegui ter aprovado nenhum dos projetos que apresentei. A burguesia vetou todos. Me orgulho de dizer que lá entrei como representante da classe operária, falando em nome da classe operária, defendendo os pontos de vista da classe operária e saí, depois de oito anos, defendendo os mesmos pontos de vista, defendendo esta mesma política, dando o testemunho do que é ser um representante da classe operária.

TO: Você acredita que os patrões querem te isolar da classe operária?

Aurélio: Sim, sem dúvida. Você vê, a grande preocupação da burguesia é impedir que a classe operária ocupe espaço. Ela quer restringir a participação política da classe operária, quer impedir que a classe operária se politize, porque o dia que ela se politizar a burguesia perderá os seus privilégios. Então é natural que a burguesia tenha uma vigilância bastante grande para impedir que a classe operária evolua politicamente, para impedir, inclusive, que os operários projetem os seus líderes. A classe operária precisa projetar seus líderes para que amanhã ela tenha condições de assumir o processo político de uma sociedade, estruturar uma sociedade que não seja nos moldes do capitalismo. Implantar um sistema socialista e proporcionar o bem estar aos trabalhadores. Então você nunca vê um líder operário projetado na imprensa. Quando um líder operário é projetado nos meios de comunicação, desconfie das posições que ele vem assumindo. Desconfie, porque a imprensa burguesa não tem interesse nenhum em projetar um líder operário que esteja defendendo posições da sua classe. Se a imprensa projeta talvez seja porque ele não está defendendo a classe que ele representa.